



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2026

1. PREÂMBULO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 75.321.406/0001-75, com sede administrativa na Rua Leonel Mosele, 96 - Centro, nesta cidade, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor CLOSMAR ZAGONEL, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.XXX.351 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 651.XXX.XXX.68, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, por meio do site www.comprasnet.gov.br. O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, no modo **ABERTO E FECHADO**. O processo será conduzido e julgado de acordo com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Resolução nº 597, de 12 de julho de 2024, na Resolução nº 612, de 10 de fevereiro de 2025, na Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, por um dos Pregoeiros designados pela Resolução nº 609, de 24 de janeiro de 2025, com auxílio de sua Equipe de Apoio.

1.1. A apresentação da proposta deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, dentro dos prazos abaixo especificados e deverão ser realizadas por meio do site www.comprasnet.gov.br:

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 03/06/2026
HORÁRIO LIMITE: até 08h15min.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 03/06/2026
HORÁRIO: às 08h30min.

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>
Código UASG: 930729

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, a fim de atender às demandas da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia - SC, em suas dependências.

2.2. Os serviços deverão ser prestados por dois profissionais alocados em regime contínuo, durante os dias úteis da semana, conforme escala e jornada a serem definidas pela Câmara



Municipal de Vereadores de Concórdia - SC, observando os padrões de qualidade, eficiência e segurança compatíveis com a natureza do ambiente institucional e administrativo.

2.3. Contratação de empresa para realizar serviço de serviços de limpeza, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, conforme demais características detalhadas e descritas nos ANEXOS “A” e “B”, compreendendo resumidamente os seguintes serviços:

2.1.2. O serviço objeto da presente licitação deverá ser efetuado diariamente, de segunda à sexta-feira, por dois postos de trabalho, sendo um com carga horária de 44 horas semanais e outro posto com carga horária de 22 horas, nos horários a serem acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

2.1.4. Excepcionalmente poderão haver convocações extraordinárias para trabalho no sábado, domingo, feriado e/ou dias especiais, sob demanda, mediante dispensa/folga equivalente acordada entre o contratante e a contratada e seu funcionário, mantendo as 44h/22hrs semanais.

2.1.5. Em caso de situação eventual futura, havendo alguma alteração do horário de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, poderá a Contratante acordar novo horário para prestação de serviço, encaminhando a Contratada a solicitação para anuência, não gerando custos adicionais para a Contratante.

2.1.6. Os turnos matutino e vespertino podem não seguir o horário comercial habitual, com início antes das 8hrs e fim antes das 12hs ou 18hs, por exemplo. Será respeitada a carga horária total do posto de trabalho.

2.1.5. Para a prestação de serviço a empresa vencedora deverá:

- a) Fornecer ao funcionário os equipamentos de proteção individual e uniforme, e fiscalizar o uso obrigatório desses equipamentos;
- b) Substituir o funcionário em todos os casos de ausência e que não estiver realizando suas tarefas eficazmente;
- c) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados;
- d) Demais características e elementos, estão devidamente descritos nos anexos “A” e “B” do Edital.

2.4. O objeto social da empresa licitante deverá ser pertinente e/ou compatível com o objeto disposto no item 2.1.

2.5. O objeto está fundamentado no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), quando aplicável.

2.6. Em caso de divergências entre as disposições deste Termo de Referência e seus Anexos



e a descrição do objeto no sistema Comprasnet (www.comprasnet.gov.br), prevalecerão as deste Termo e Edital.

2.7. A prestação do serviço se dará a medida de sua necessidade, assim como seu pagamento estrito ao serviço executado, não gerando, em nenhum momento, compromisso, expectativa ou valor devido pela contratante à contratada sem que haja a realização do serviço prestado.

3. DOS ITENS A SEREM LICITADOS E VALOR MÁXIMO

3.1. O objeto desta licitação é composto pelo seguinte lote/item:

LOTE 01:

ITEM	SERVIÇO – DESCRIÇÃO RESUMIDA	Un. Medida	Valor Unitário máximo MENSAL	Valor total máximo ANUAL
01	Um posto de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, com carga horária de trabalho 44h semanais.	mensal	R\$ 6.025,00*	R\$ 72.300,00
02	Um posto de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, com carga horária de trabalho 22h semanais.	mensal	R\$ 3.000,00**	R\$ 36.000,00
Total Global Anual: R\$ 108.300,00				

OBS: valores acima expressos, são baseados na mediana dos valores referenciais obtidos:

*Mediana da cesta de preço (Painel de preços+Orçamentos fornecedor)

**Mediana da cesta de preço (Orçamentos fornecedor)

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste processo licitatório empresas que atendam a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, incluindo a documentação obrigatória.

4.2. Ficam impedidas de participar desta licitação empresas que se enquadrem em qualquer das vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, estejam cumprindo sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021, ou apresentem as seguintes condições: a) Estar com falência decretada; b) Participar em consórcio; c) Ser estrangeira.

4.2.1. O impedimento de participação será igualmente aplicado ao licitante que atuar em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o objetivo de burlar a sanção aplicada à controladora, controlada ou coligada, desde que o ilícito seja devidamente comprovado.



4.2.2. A vedação ao consórcio (item 4.2., "b") justifica-se pela natureza comum do objeto licitado, amplamente comercializado no mercado, sendo que permitir consórcios poderia restringir a competitividade.

4.3. A vedação mencionada no item 4.2. estende-se a terceiros que participem da condução do processo licitatório na qualidade de integrantes da equipe de apoio, profissionais especializados, ou representantes de empresas que prestem assessoria técnica.

4.4. Não poderão disputar a licitação ou executar o contrato pessoas físicas ou jurídicas que mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil, ou sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau da Autoridade Competente ou de servidores envolvidos no processo licitatório ou na fiscalização do contrato, conforme o art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. Não poderão participar na condição de Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP as que se enquadram nas hipóteses do §4º, art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

5. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1. Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar devidamente cadastrado na plataforma www.comprasnet.gov.br, utilizada para o gerenciamento deste processo, e realizar o seu credenciamento para participação neste certame.

5.1.1. O credenciamento será realizado mediante a atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.1.2. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realizar as transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. O licitante assumirá como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances registrados durante a sessão pública, não podendo pleitear qualquer alegação por erro, omissão ou outro motivo. O provedor do sistema e a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia não se responsabilizam por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, inclusive por terceiros.

5.3. É responsabilidade do licitante verificar a exatidão de seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto ao provedor do sistema eletrônico. O licitante deverá corrigir ou alterar imediatamente os registros ao identificar qualquer incorreção ou desatualização.

6. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente pelo sistema eletrônico, suas propostas



contendo a descrição do objeto ofertado e os respectivos preços, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

6.2. Caso sejam emitidos adendos, erratas ou republicações do edital que alterem a data de abertura do certame, cabe às licitantes atualizarem as propostas de preços já cadastradas, se necessário.

6.3. Como requisito para participação, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, pleno conhecimento e cumprimento das exigências de proposta de preços e habilitação previstas no edital.

6.4. Será responsabilidade do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, assumindo o ônus por eventual perda de negócios devido à inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou desconexões.

6.5. As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas no sistema até a abertura da sessão pública.

6.6. Não será definida, nesta etapa, uma ordem de classificação entre as propostas apresentadas. A classificação será realizada após a abertura da sessão pública, envio de lances, negociações e julgamento das propostas.

6.7. Os documentos que compõem a proposta da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de envio de lances.

6.7.1. A proposta de preços deverá ser enviada em formulário específico, exclusivamente pelo sistema eletrônico, respeitando o prazo e as orientações previstas no preâmbulo deste edital.

6.7.2. As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão declarar, sob as penas da lei, que se enquadram nas condições previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, em campo próprio do sistema eletrônico no momento do envio da proposta.

6.8. Propostas que incluam produtos ou serviços não condizentes com as especificações descritas no item 3 deste edital serão desconsideradas.

6.9. A licitante será responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances inseridos durante a sessão pública.

6.10. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do Pregão Eletrônico, bem como durante as etapas subsequentes, até que o processo seja homologado.

6.11. DAS PROPOSTAS

6.11.1 As propostas deverão conter, obrigatoriamente:

- a) **Preço unitário de cada item** em moeda corrente nacional, em algarismos, com no



máximo duas casas decimais após a vírgula;

6.12. Nos preços finais deverão estar inclusos quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, custo de entrega e retiradas, impostos, taxas, contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais, ou custos relacionados à entrega parcelada, se aplicável.

6.13. A licitante contratada será responsável por quaisquer equívocos no dimensionamento dos quantitativos apresentados em sua proposta.

6.14. O prazo de validade das propostas será de 90 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data da sessão de abertura, conforme o item 1.1 deste Edital.

6.14.1. Na contagem do prazo, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia de vencimento.

6.15. Serão admitidos erros de natureza formal na proposta, desde que não comprometam o interesse público, a segurança jurídica, ou a aferição da qualificação do licitante.

6.16. Qualquer inserção na proposta que tenha como objetivo modificar, extinguir ou criar direitos sem previsão no edital será considerada inexistente, prevalecendo as condições estipuladas no edital.

6.17. A proposta deve ser clara e objetiva, sem conter formas abstratas que dificultem o entendimento.

6.18. Além dos custos elencados no item 6.12 do Edital, o valor da proposta deve contemplar quaisquer custos com uniforme, EPI e afins.

6.19. DA HABILITAÇÃO

6.19.1. A documentação de habilitação deverá ser apresentada pela licitante vencedora em **formato digital** (PDF e/ou RAR) em arquivo único, exclusivamente pelo sistema eletrônico, no **prazo de 2 (duas) horas** após ser declarada vencedora.

Documentos obrigatórios:

- a) Ato Constitutivo, certificado da condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), Estatuto ou Contrato Social Consolidado, em vigor, devidamente registrado. Para sociedades comerciais, o documento deve ser apresentado conforme sua forma jurídica, e, no caso de sociedades por ações, deve estar acompanhado dos documentos que comprovem a eleição de seus atuais administradores e a publicação da ata arquivada em órgão de imprensa oficial.
- b) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo as Contribuições Sociais.
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, referente ao Município da sede do licitante.



- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS), comprovando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f) Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- g) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da comarca da sede da licitante.
- h) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante para o desempenho de atividades pertinentes e/ou compatíveis, em características, com o objeto da licitação.
- i) Balanço Patrimonial relativo ao último exercício social encerrado, apresentado na forma da lei (vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios). Este será utilizado para a análise da boa situação financeira da licitante.
- i.1) A comprovação da boa situação financeira será baseada no cálculo, apresentado pela licitante e assinado pelo contador responsável, dos índices de **Liquidez Corrente (LC)**, **Liquidez Geral (LG)** e **Solvência Geral (SG)**, conforme fórmulas abaixo. Serão consideradas inabilitadas as licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um) em qualquer dos índices:

$$\begin{aligned} \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \\ \text{LG} &= \frac{\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}}{\text{Ativo}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \end{aligned}$$

i.1.1.) A definição e adoção dos índices acima têm como base os patamares usualmente aceitos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, suficientes para demonstrar se a licitante vencedora possui condições de honrar o objeto do contrato.

i.1.2.) Por “Balanço Patrimonial apresentado na forma da Lei” (alínea i), entende-se:

- a) No caso de sociedades por ações, o balanço patrimonial publicado em órgão de imprensa oficial ou conforme dispuser a Lei Federal nº 6.404/76;
- b) Para demais sociedades comerciais, o balanço patrimonial transcrito no "Livro Diário" da empresa, devidamente assinado pelo contador responsável e pelo representante legal;
- c) Para empresas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital (ECD), o Sped-Contábil devidamente assinado, nos termos do § 5º do art. 10 da Instrução Normativa



DNRC nº 107/2008.

i.1.3.) Devem acompanhar o balanço patrimonial os respectivos termos de abertura e encerramento, igualmente assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos.

i.1.4.) Empresas que realizam a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar o termo de autenticação digital emitido pela Junta Comercial correspondente.

i.1.5) A apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) será obrigatória.

j) No caso de a proponente ser **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, deverá apresentar a **Certidão de Enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**, fornecida pela Junta Comercial da sede da licitante, com validade na data de abertura da licitação, conforme item 1.1 deste Edital. Para sociedades simples que não registram seus atos na Junta Comercial, será exigida a **Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas**, atestando o enquadramento nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

j.1) Caso as certidões mencionadas nas alíneas supracitadas não contenha data de validade estabelecida pelo órgão expedidor, será considerada válida por **90 (noventa) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua emissão.

j.2) Para fins de comprovação do enquadramento como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), a licitante poderá apresentar o **Cartão CNPJ**, emitido nos últimos **90 (noventa) dias**, contendo a indicação de seu porte como ME ou EPP.

j.3) Para comprovar o requisito de compatibilidade do objeto, descrito no subitem 2.2, serão aceitos os seguintes documentos: a Certidão de Enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial; o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ); ou qualquer documento mencionado na alínea “a” deste subitem.

j.3.1) Para verificar a compatibilidade do objeto, serão considerados os grupos incluídos na divisão da seção da **Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE)**.

6.19.2. DAS DECLARAÇÕES/DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES

6.19.2.1. Juntamente com a documentação de habilitação mencionada no item **6.19.1**, a licitante deverá apresentar, dentro do mesmo prazo estabelecido no item anterior, as seguintes informações:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, junto ao Portal do Tribunal de Contas da União – TCU, através do endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>



- b) Para facilitar o contato, a licitante deverá informar os seguintes dados do Preposto: **nome, CPF, cargo/função, telefone e e-mail.**

b.1) O Preposto indicado será responsável por todos os contatos necessários para a plena execução do contrato.

b.2) Caso necessário, deverá ser apresentada procuração específica para a assinatura do contrato pelo Preposto indicado.

6.19.2.2. Os documentos relacionados no item 6.19.2.1. não ensejam, inicialmente, causa de inabilitação. Caso não sejam apresentados no prazo estipulado no item 6.19.1, o(a) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências pelo www.comprasnet.gov.br, para solicitar o envio dos mesmos.

6.19.2.2.1. O não envio dos documentos no prazo estipulado impedirá a habilitação da empresa e a finalização do processo licitatório.

6.19.2.2.2. Apesar de os documentos do item 6.19.2.1 não ensejarem inabilitação imediata, o não atendimento às diligências realizadas pelo Pregoeiro poderá resultar na inabilitação da licitante.

6.19.2.2.3. O prazo para envio da documentação complementar será o mesmo estabelecido no item 6.19.1, podendo ser prorrogado a critério do(a) Pregoeiro(a). É responsabilidade das licitantes acompanhar o processo e atender às exigências dentro dos prazos estipulados.

6.19.3. Não será aceito atestado emitido pela própria licitante, em respeito ao princípio da moralidade, que exige imparcialidade na comprovação de capacidade técnica.

6.19.3.1. Atestados emitidos por empresas da iniciativa privada não serão aceitos se forem emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da proponente.

6.19.3.1.1. Consideram-se do mesmo grupo empresarial as empresas controladas, controladoras ou que possuam pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica como proprietária ou titular.

6.19.4. Serão inabilitados os proponentes que, mesmo após diligências, não apresentarem os documentos exigidos no item 6.19.1, alíneas “a” a “i”, apresentarem documentos rasurados, com validade vencida, ou que não atendam a todas as exigências do edital.

6.19.5. Licitantes que, mesmo após diligências, não apresentarem os documentos listados na alínea “a” do item 6.19.2.1, poderão ser consideradas inabilitadas.

6.19.6. O Pregoeiro ou Agente de Contratação poderá realizar diligências, conforme art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021, para esclarecer ou complementar documentos e informações.

6.19.6.1. O prazo para envio de documentos será de até 02 (duas) horas, contadas da publicação do aviso no portal www.comprasnet.gov.br. O não atendimento resultará na inabilitação da licitante.



6.19.6.2. As diligências serão realizadas de forma transparente e equitativa, garantindo igualdade entre os licitantes.

6.19.6.3. O prazo poderá ser prorrogado, conforme a necessidade, a critério do Pregoeiro, para garantir a verificação das propostas.

6.20. Caso a licitante apresente Contrato Social emitido pelo site da Junta Comercial, este será autenticado.

6.20.1. Se o status do documento estiver “expirado” e não for possível verificar sua autenticidade, a licitante será considerada pré-habilitada, devendo apresentar o contrato social atualizado. Alterações contratuais pendentes de registro não serão aceitas.

6.21. As licitantes poderão substituir os documentos exigidos nas alíneas “b” a “f” do item 6.19.1 pelo Certificado de Registro Cadastral (CRC) do SICAF, desde que estejam atualizados e válidos.

6.21.1. O Pregoeiro verificará a regularidade do CRC diretamente no sistema SICAF. CRCs cancelados, suspensos, vencidos ou com documentação irregular resultarão na inabilitação da licitante.

6.22. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.19.1, incluindo regularidade fiscal e trabalhista.

6.22.1. Caso haja restrições, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, contados da declaração de vencedor do certame.

6.22.2. A não regularização no prazo resultará na decadência do direito à contratação, podendo a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia convocar licitantes remanescentes ou revogar a licitação.

6.23. A não apresentação da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, junto ao Portal do Tribunal de Contas da União – TCU, através do endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> não acarretará a inabilitação imediata da proponente. Esses documentos poderão ser consultados pelo(a) Pregoeiro(a) a qualquer tempo, ou solicitados à licitante para fins de habilitação.

6.24. Caso a empresa se enquadre em hipóteses de impedimento ou inidoneidade, será analisado o alcance da mesma, garantindo-se à licitante os prazos recursais previstos na legislação em caso de inabilitação.

6.25. Para certidões que não tenham prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor, será adotada a validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua emissão. Documentos que, por natureza, não possuem prazo de validade não estão sujeitos a esse dispositivo.

6.26. Conforme o art. 1º da Lei nº 5.082, de 29 de maio de 2018, fica dispensada a autenticação de cópias de documentos expedidos no Brasil que se destinem à Administração Pública Municipal para fins de licitação. Contudo, em caso de dúvida quanto à autenticidade ou previsão



legal, poderá ser exigido o documento original ou uma cópia autenticada.

6.24.1. Não serão efetuadas autenticações de documentos por servidores públicos desta Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, em razão de sua dispensa, conforme dispõe a Lei nº 5.082, de 2018.

6.24.2. O Pregoeiro(a) poderá diligenciar para comprovar a autenticidade dos documentos apresentados, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei nº 5.082, de 2018.

7. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

7.24. O Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, dará início à sessão pública na data e horário previstos neste Edital

7.25. O acompanhamento da sessão ocorrerá exclusivamente por meio eletrônico, no endereço informado no Preâmbulo deste Edital, conforme dispõe o art. 17, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.26. Caso haja necessidade durante a sessão, o(a) Pregoeiro(a) informará, por meio do chat do sistema eletrônico, o horário de suspensão e a previsão de retomada da sessão pública.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.24. Aberta a etapa competitiva (sessão pública), os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

8.25. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos pelo **VALOR GLOBAL**, respeitando o horário fixado e as regras de aceitação previstas neste edital.

8.25.1. O **VALOR GLOBAL**, refere-se ao somatório de **valor total máximo** constante no Item 3.1 do Edital.

8.26. Serão aceitos apenas lances com valores inferiores ao último lance registrado no sistema eletrônico.

8.27. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor. Em caso de coincidência, prevalecerá o lance recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

8.28. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, o sistema informará, em tempo real, o valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.29. A disputa de lances será realizada nos modos **ABERTO E FECHADO**, com apresentação de lances públicos e sucessivos num prazo de 15 (quinze) minutos.

8.29.2. Ao término do prazo, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente e, após transcorrer um período aleatório de até 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.



8.29.3. Após o encerramento, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de menor valor e os licitantes com ofertas até 10% superiores apresentem um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, cujo valor será sigiloso até o término do prazo.

8.29.4. Caso não haja, no mínimo, três ofertas dentro das condições do item 8.29.3., o sistema permitirá que os melhores lances subsequentes, respeitando a ordem de classificação, possam oferecer lances finais e fechados, até o máximo de três participantes.

8.29.5. Após os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os resultados, indicando os arrematantes.

8.29.6. Em seguida, será aberto um prazo de negociação de 10 (dez) minutos, podendo ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a), conforme a quantidade de itens ou lotes do processo.

8.29.7. Se o vencedor de um item não for uma empresa beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, e houver empate técnico com empresas beneficiadas, poderá ser enviado no sistema mensagem informando o empate e a possibilidade de realização de novos lances pelas empresas beneficiadas.

8.29.8. As empresas dentro do limite de empate terão 5 (cinco) minutos para ofertar novos lances ou declarar desistência, respeitando a ordem de classificação apresentada.

8.29.9. No caso de desconexão do Pregoeiro durante a etapa competitiva, o sistema eletrônico permanecerá acessível para recepção de lances, retornando o Pregoeiro ao certame assim que possível, sem prejuízo aos atos realizados.

8.30. Caso a desconexão persista por mais de 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e retomada após comunicação expressa aos participantes.

8.31. Após o fechamento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contrapropostas diretamente ao licitante detentor do menor lance ou decidir pela aceitação do valor ofertado, considerando a razoabilidade e o interesse público.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.24. A proposta deverá obedecer o valor máximo unitário e total de preço para cada item do lote, conforme exposto no Item 3.1 do Edital.

9.25. O prazo para envio da proposta final será de até 02 (duas) horas, contadas da publicação do aviso no portal www.comprasnet.gov.br. O não atendimento resultará na inabilitação da licitante.

9.26. As diligências serão realizadas de forma transparente e equitativa, garantindo igualdade entre os licitantes.

9.27. O prazo poderá ser prorrogado, conforme a necessidade, a critério do Pregoeiro, para garantir a verificação das propostas.



9.28. Após análise da proposta e habilitação, o Pregoeiro declarará o vencedor e encaminhará o processo para adjudicação e homologação.

9.29. A proposta final será considerada com base no relatório de vencedores disponibilizado pelo www.comprasnet.gov.br, após o término da fase de lances e declaração de vencedores.

9.30. O relatório de vencedores servirá como referência na execução do contrato e em eventual aplicação de sanções à Contratada, se for o caso.

9.31. A oferta deve ser firme e precisa, limitada estritamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou condições que induzam a múltiplos resultados, sob pena de desclassificação.

9.32. A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, sendo desconsiderada qualquer proposta que não atenda às especificações ou que vincule sua validade à proposta de outro licitante.

9.33. Caso a proposta ou lance de menor valor não seja aceito, ou se a licitante vencedora não cumprir as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, seguindo a ordem de classificação, até identificar uma proposta ou lance que atenda às condições do Edital.

9.34. Havendo dúvidas quanto às especificações do objeto proposto pela licitante vencedora, o Pregoeiro poderá solicitar uma declaração formal da empresa atestando que o objeto atende integralmente às características indicadas na proposta.

9.34.2. A não apresentação da declaração no prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá resultar na desclassificação do item proposto.

9.35. Para elaboração e aceite da proposta readequada, a licitante vencedora deverá aplicar o desconto ofertado de forma linear, tomando como base a proposta inicial apresentada.

9.35.2. A ausência do ajuste mencionado no item anterior implicará na desclassificação da proposta.

10. DO PARECER TÉCNICO

10.24. Havendo necessidade, o Pregoeiro poderá encaminhar o processo à solicitante para análise técnica.

10.25. Caso o parecer técnico emitido opine pela desclassificação ou inabilitação da licitante vencedora, o Pregoeiro analisará o parecer e convocará as empresas subsequentes para nova negociação, respeitando a ordem de classificação.

10.26. Após o procedimento acima, o Pregoeiro realizará a classificação final, habilitará o vencedor e encaminhará o processo à Autoridade Competente para adjudicação e homologação.



11. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

11.24. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao ato convocatório deverão ser apresentados até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico disponível no www.comprasnet.gov.br.

11.24.2. O Pregoeiro encaminhará os pedidos e as impugnações à Autoridade Competente, que terá 2 (dois) dias úteis para decidir, conforme art. 17, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.24.3. Caso a impugnação ou pedido de esclarecimento seja deferido, e havendo impacto na formulação das propostas, será designada nova data para realização do certame.

11.24.3.1. Quando o deferimento da impugnação ou alteração do edital não impactar na formulação das propostas, poderá, a critério da Autoridade Competente, ser mantida a data de envio e abertura do certame.

12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.24. Caberá recurso nos casos previstos no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021. A intenção de interpor recurso deverá ser manifestada, de forma motivada, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, logo após o término da sessão de lances.

12.24.2. O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos, concedido após a etapa de negociação e habilitação.

12.24.2.1. É responsabilidade exclusiva das licitantes acompanhar o sistema em tempo real e manifestar-se nos prazos definidos. Reclamações posteriores de desconhecimento dos prazos não serão aceitas.

12.24.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.25. Caso o Pregoeiro aceite a intenção de recurso, a licitante terá 03 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso por meio de formulário específico do sistema. Este será disponibilizado a todos os participantes, que terão igual prazo para apresentar contrarrazões.

12.26. A ausência de manifestação imediata e motivada resultará na decadência do direito de recurso, permitindo ao Pregoeiro anunciar a licitante vencedora.

12.27. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.28. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.29. Decairá do direito de impugnar, perante a Câmara Municipal de Vereadores de



Concórdia, o licitante que aceitar os termos da licitação sem objeção e apontar falhas ou irregularidades apenas após o julgamento, sendo a comunicação considerada sem efeito de recurso.

12.30. O recurso será dirigido à autoridade que editou o ato ou decisão recorrida, que poderá reconsiderá-lo em até 03 (três) dias úteis ou encaminhá-lo à autoridade superior, que decidirá em até 10 (dez) dias úteis.

13. DOS CRITÉRIO DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.24. A adjudicação observará a manutenção das condições de habilitação da licitante vencedora.

13.24.2. Em caso de irregularidade, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, sob pena de inabilitação.

13.25. A adjudicação e homologação são responsabilidades da Autoridade Competente e somente poderão ocorrer após o Pregoeiro anunciar a licitante vencedora.

14. DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

14.24. Após a homologação do resultado, a adjudicatária será convocada, para assinatura do contrato (minuta constante no Anexo “B”), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 15 deste Edital.

14.24.2. O contrato deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, que poderá ser realizada através de envio por email.

14.24.2.1. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa da adjudicatária e aceitação pela Autoridade Competente.

14.24.3. Os contratos poderam ser assinados digitalmente por meio de certificação digital ICP Brasil ou similar.

14.24.4. Na assinatura do contrato, será verificada a manutenção das condições de habilitação da adjudicatária.

14.24.5. Em caso de irregularidade, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 15 deste Edital.

14.25. A Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia poderá, quando o convocado não assinar o contrato, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar o contrato nas condições propostas pela licitante vencedora.

14.26. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação, a Câmara Municipal de Vereadores de



Concórdia poderá, observado o valor estimado e sua atualização:

14.26.2. Negociar com os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para obter melhor preço, mesmo que superior ao da adjudicatária.

14.26.3. Celebrar o contrato com os remanescentes, atendida a ordem classificatória, caso a negociação de melhor preço seja frustrada.

14.27. O prazo para assinatura do contrato será o mesmo indicado no item 14.24.2 para os licitantes convocados nas condições acima descritas.

14.28. A vigência contratual inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, pelo prazo legal previsto nos artigos nº 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

15. DAS PENALIDADES

15.1. A recusa imotivada da adjudicatária em assinar o contrato sujeitará a licitante à aplicação de multa equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, além da execução integral da garantia de proposta, quando aplicável, nos termos do art. 58, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. Para fins de aplicação da penalidade prevista no item 15.1, considera-se como valor total do contrato o montante dos preços finais ofertados pela adjudicatária após a etapa de lances, incluindo o total global, conforme o prazo contratual estabelecido.

15.3. A multa prevista no item 15.1 poderá ser aplicada de forma cumulativa com as demais penalidades dispostas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, que incluem advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade.

15.4. As notificações para aplicação de penalidades serão enviadas por meio eletrônico, utilizando a plataforma e-mail indicado pelo preposto da licitante.

15.4.1. Os prazos para manifestação ou defesa contar-se-ão a partir da data de envio do Ofício ou e-mail.

15.4.2. Além da notificação eletrônica, a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia poderá publicar a notificação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC. Nesses casos, o prazo para defesa será contado a partir da data de publicação.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento do objeto será mensal, efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, devendo a licitante vencedora encaminhar a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, a respectiva nota fiscal e junto a NF deverá ser encaminhada as seguintes documentações:

- Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS);



- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante e a sede da CONTRATANTE;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

16.2. No preço ofertado já devem encontra-se computados todos os impostos, tarifas, encargos sociais e trabalhistas, fretes, custos de retirada/entrega e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto desta contratação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

16.3. Somente será pago os serviços efetivamente efetuados, não obrigando a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia a contratar o total estimado.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências em qualquer fase da licitação, destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.2. A critério da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, o objeto da presente licitação poderá ser alterado por meio de acréscimos ou supressões, conforme disposto no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.3. A apresentação da proposta de preços implica aceitação plena e irrestrita das condições deste Pregão, sujeitando a licitante às sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.4. Ao participar deste certame, as licitantes declaram automaticamente:

17.4.1. Que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não empregam menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme o art. 68, VI, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.4.2. Que atendem aos requisitos de habilitação e respondem pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.4.3. Que cumprem as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme o art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.4.4. Que as propostas econômicas incluem integralmente os custos relacionados aos direitos trabalhistas assegurados na legislação vigente, conforme o art. 62, § 1º, da Lei nº 14.133, de



2021.

17.4.5. Que não possuem servidor público da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia em seu quadro societário.

17.4.6. Que examinaram o presente Edital e seus anexos, aceitando suas condições, e que o produto/serviço ofertado (marca e modelo) atende integralmente ao descritivo do item no Edital.

17.4.7. Que não celebraram contratos com a Administração Pública que possam comprometer sua capacidade econômico-financeira, conforme art. 69, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.4.8. No caso de ME/EPP, que não celebraram contratos com a Administração Pública que desqualifiquem seu enquadramento como ME/EPP, conforme o art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, quando aplicável.

17.4.9. Que obtiveram todos os esclarecimentos necessários sobre o objeto do certame, sem dúvidas sobre a execução dos serviços ou fornecimento dos bens.

17.5. Informações verbais fornecidas por integrantes da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia não serão consideradas como base para impugnações.

17.6. Casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e/ou Autoridade Competente, com base na legislação vigente.

17.7. A participação na licitação implica aceitação irretratável das normas e condições editalícias.

17. Todos os horários indicados no Edital seguem o horário oficial de Brasília – DF.

17.9. A Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, total ou parcialmente, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

17.10. Esclarecimentos relativos a esta licitação poderão ser obtidos, por meio eletrônico via email: cvc@cvc.sc.gov.br, ou telefone: (049) 3441-2500, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

18.DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS

18.1. Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Edital e demais anexos e em relação a elas e ao Edital assumo total responsabilidade.

19.DOS ANEXOS DO EDITAL

19.1. Integram o presente Edital, como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, nº 96, Centro - CEP: 89700-176 - Concórdia SC
CNPJ: 75.321.406/0001-75
Fone: (049) 3441-2500 - e-mail: cvc@cvc.sc.gov.br

- a) **Anexo “A”** – TERMO DE REFERÊNCIA
- b) **Anexo “B”** – MEMORIAL DESCRITIVO
- c) **Anexo “C”** – MINUTA DE CONTRATO
- d) **Anexo “D”** – JUSTIFICATIVA DE NÃO APLICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Concórdia, SC, 19 de maio de 2026.

CLOSMAR ZAGONEL
Presidente



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026

ANEXO “A”

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DETALHADO:

A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, a fim de atender às demandas da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia - SC, em suas dependências.

2. FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS / ATRIBUIÇÕES

Executar os serviços de limpeza nas dependências da CONTRATANTE, devidamente uniformizados e identificados, bem como utilizar os EPIS, quando necessário, executando os serviços mínimos conforme descrição a seguir:

Todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela contratante, exceto os EPIS e uniformes que deverão ser fornecidos aos funcionários pela Contratada. Os serviços serão executados pela Contratada na seguinte frequência:

A - ÁREAS INTERNAS - PISOS FRIOS

Características: Consideram-se como áreas internas - pisos frios - aquelas constituídas/revestidas de paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma, madeira, inclusive os sanitários.

Assim compreendidas as instalações do prédio em que funcionam os serviços administrativos-técnicos, copa, cozinha, depósito de armazenamento, plenário, gabinetes, sala de som e afins.

DIÁRIA

Limpar pisos de salas e corredores com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;

Lavar bacias, assentos, pias e pisos dos banheiros com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;

Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha nos respectivos sanitários;

Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pela Contratada;



Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e retirando-os para local indicado pelo Fiscal de Contrato ou Servidor responsável;

Remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;

Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;

Limpar/remover o pó de capachos e tapetes;

Os fornecimentos de água sanitária, detergente, ou outros produtos adequados para a correta higienização serão realizados pela CONTRATANTE;

Reabastecer *dispensers* de álcool em gel, para uso de servidores e munícipes que estejam no prédio público;

Executar demais (outros) serviços considerados necessários à frequência diária.

SEMANAL

Limpar os azulejos, os pisos e espelhos dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização;

Remover o pó das mesas, telefones, armários, arquivos, prateleiras, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos móveis existentes, dos aparelhos elétricos, dos extintores de incêndio etc., em pelo menos duas vezes na semana em cada sala. A limpeza das mesas, cadeiras, telefones, e outros deverá ser feita com álcool 70 ou produto similar, sempre que o seu uso não comprometa a durabilidade do que será higienizado;

Limpar aparelhos de ar-condicionado, micro-ondas, fogões, geladeiras e outros aparelhos eletrônicos existentes no ambiente;

Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado;

Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado;

Limpar / polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc., com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos;

Limpar telefones com produto adequado;

Encerar/ lustrar os pisos de madeira, paviflex, plurigoma e similares;

Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Executar limpeza do plenário, carpetes, cadeiras e aspirar o pó.



MENSAL

Limpar / remover manchas de tetos, paredes e rodapés;
Remover o pó de cortinas e persianas, com equipamentos e acessórios adequados;
Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

TRIMESTRAL

Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, lâmpadas, aletas e difusores;
Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados;
Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

ANUALMENTE

Executar a limpeza ou lavação das cadeiras e poltronas.

HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços poderão ser executados em horário anterior, posterior ou de expediente, respeitada a jornada de 44 horas semanais para um posto e 22 horas semanais para outro.

OBS: Os trapos e estopas contaminados nas atividades de polimento (ou que utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

Os postos de trabalho(funcionários) deverão seguir as normas de separação, classificação e descarte do lixo.

ÁREAS EXTERNAS - VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS

Características: áreas destinadas a passeios (calçadas) e demais áreas (inclusive não pavimentadas, pequenas áreas verdes) circunscritas nas dependências do Contratante.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela contratante, exceto EPIS e uniforme que deverão ser fornecidos pela Contratada. Os serviços serão executados pela Contratada na seguinte frequência:

DIÁRIA

Manter os cestos isentos de detritos (lixo), acondicionando-os em local indicado pelo Fiscal do Contrato ou Servidor responsável;

Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos acondicionando-os apropriadamente e retirando-os para local indicado pela Comissão de Fiscalização;

Retirar papéis, detritos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e retirando-os para local indicado pelo Fiscal do Contrato ou Servidor responsável, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do Contratante, observada a legislação ambiental vigente e de medicina e segurança do trabalho;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.



SEMANAL

Executar serviços considerados necessários à frequência semanal.

MENSAL

Executar serviços considerados necessários à frequência mensal.

ANUAL

Executar serviços considerados necessários à frequência anual.

A limpeza do arruamento será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos, ou por meio da utilização de baldes, panos molhados ou escovão e quando necessário poderá ser utilizado outro meio, como mangueira ou jato de pressão.

OS POSTOS DE TRABALHO

Permanecer no posto permanentemente, não se ausentando em hipótese alguma, salvo em casos excepcionais, e mediante comunicação à empresa CONTRATADA com prévia substituição por outro posto.

Poderão haver convocações extraordinárias para sábados, domingos, feriados e/ou dias especiais, sob demanda, mediante dispensa/folga equivalente acordada entre o contratante e a contratada e seu funcionário, mantendo as 44h/22hrs semanais.

Os turnos matutino e vespertino podem não seguir o horário comercial habitual, com início antes das 8hrs e fim antes das 12hrs ou 18hrs, por exemplo. Será respeitada a carga horária total do posto de trabalho.

A jornada e trabalho deverão ser iniciados preferencialmente no mínimo uma hora anterior ao horário de abertura para atendimento ao público.

3. CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES

Manter representação para receber reclamações, atuar junto aos seus empregados para sanar anormalidades em relação aos serviços, bem como, para os demais contatos que a CONTRATANTE necessite fazer, sejam eles de natureza formal ou informal, além de possibilitar aos seus empregados a facilidade dos contatos para assuntos de rotina trabalhista e de qualquer natureza.

Cumprir as determinações da CONTRATANTE relativas ao objeto deste contrato.

Recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade os elementos necessários à perfeita execução dos serviços contratados, responsabilizando-se pelos encargos sociais, previdenciários, tributários, seguro de acidentes, uniformes, EPIs e equipamentos e/ou quaisquer outras obrigações e/ou despesas decorrentes da sua condição de empregadora, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Designar preposto da empresa que possa coordenar os serviços, objeto da contratação, cumprindo com rigor os horários estabelecidos e solucionar todas as questões inerentes ao contrato.



Informar à CONTRATANTE o nome dos empregados indicados para o serviço, o qual deverá ser, necessariamente, maior de idade e com bons antecedentes, reservando-se à CONTRATANTE o direito de impugnar aqueles que não preencham as condições exigidas neste contrato.

Cumprir as exigências da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, horários, turnos e locais.

Providenciar a cobertura de posto descoberto, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos a partir da notificação da CONTRATANTE, sem prejuízo do desconto pecuniário do período em que o posto ficar descoberto, além do ressarcimento de eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE.

Fornecer uniformes, em perfeitas condições de uso, bem como treinamento e EPIs, obedecendo às especificações básicas.

Adaptar-se às necessidades e características da CONTRATANTE, local em que os serviços estiverem sendo realizados, acatando as determinações do responsável pela coordenação e fiscalização dos serviços, de acordo com as peculiaridades de cada local.

Cumprir os dispositivos legais e regulamentares, referentes à prevenção de acidentes.

Indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios ou equipamentos, por seus empregados, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar o valor correspondente de qualquer pagamento de direito da CONTRATADA.

A Contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela Contratante, com atendimento sempre cortês aos profissionais e às pessoas em geral que se façam presentes;

Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos (humanos e materiais) com vistas ao aprimoramento e à manutenção da qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante.

A Contratada deverá indicar supervisor(es) para realizar quinzenalmente, em conjunto com a Contratante, o acompanhamento técnico das atividades, visando à qualidade da prestação dos serviços, e que deverá(ão):

Obrigatoriamente inspecionar o posto no mínimo quinzenalmente;

Comunicar ao gestor/fiscal do Contrato todo acontecimento entendido como irregular e/ou que possa vir a representar risco ao patrimônio da Contratante ou à segurança dos usuários;

Comunicar imediatamente ao responsável pelo posto qualquer anormalidade verificada, inclusive, de ordem funcional, para que sejam adotadas as imediatas providências de regularização necessárias.

No primeiro mês da prestação dos serviços ou quando da mudança de funcionário ocupante do posto, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

Relação do empregado, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com



indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;

Exames médicos admissionais do empregado da Contratada que prestará os serviços.

A Contratada deverá prezar por manter sempre o mesmo funcionário, devendo eventual alteração ou substituição ser informada de forma imediata ao fiscal do contrato com as devidas justificativas (salvo quando a substituição decorrer de pedido da própria Contratante), bem como, também de forma imediata, encaminhar a documentação prevista no item anterior e seus subitens.

A execução dos serviços exigirá a observância de critérios de sustentabilidade ambiental, alinhados ao Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- Uso de produtos de limpeza biodegradáveis.
- Racionalização e otimização do uso de água e energia elétrica durante os procedimentos de higienização.
- Separação e destinação adequada dos resíduos sólidos gerados nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

4. EXIGÊNCIAS FUNCIONAIS

Grau de escolaridade e Idade Mínima conforme legislação vigente caso houver que estabeleça os requisitos para o exercício do trabalho.

Cumprimento das exigências legais para o desenvolvimento das atividades profissionais inerentes à natureza do objeto contratual, tais como boa saúde mental e física;

Não ter antecedentes criminais registrados;

Estar quite com as obrigações eleitorais;

Todos os requisitos acima deverão ser devidamente comprovados, quando solicitado.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação visa garantir a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia - SC. A manutenção das condições de higiene e salubridade é indispensável para o pleno funcionamento do Poder Legislativo Municipal, assegurando um ambiente adequado para o desempenho das funções dos parlamentares, servidores, estagiários e para o atendimento seguro ao público externo e cidadãos concordienses.



5.2. DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO E INTERESSE PÚBLICO

A contratação atende aos objetivos estratégicos da Administração Pública e ao Princípio da Eficiência, uma vez que a Câmara não possui em seu quadro funcional cargos efetivos voltados à execução de serviços operacionais de limpeza e asseio. A terceirização dessas atividades meio otimiza a alocação de recursos humanos estatutários em atividades fim do legislativo, evitando o inchaço da máquina pública.

5.3. DA NATUREZA DO OBJETO: SERVIÇO COMUM E REQUISITO DE CONTINUIDADE (Art. 6º, XIII e XLVI)

- **Serviço Comum:** O objeto enquadra-se como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do **Art. 6º, inciso XIII**.
- **Serviço Contínuo:** Trata-se de serviço essencial com necessidade de manutenção permanente. Sua interrupção pode comprometer a regularidade das sessões plenárias, das comissões e das atividades de atendimento público, configurando serviço de natureza contínua conforme o **Art. 6º, inciso XLVI**.

5.4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

A execução dos serviços exigirá a observância de critérios de sustentabilidade ambiental, alinhados ao **Art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, tais como:

- Uso de produtos de limpeza biodegradáveis.
- Racionalização e otimização do uso de água e energia elétrica durante os procedimentos de higienização.
- Separação e destinação adequada dos resíduos sólidos gerados nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

O estabelecimento de elementos técnicos para a contratação promove melhorias nas condições administrativas de realização do certame licitatório, bem como na gestão e fiscalização dos contratos, utilizando sistemas de controles mais duradouros quanto à rotatividade das empresas prestadoras de serviços e consequentemente a rotatividade de pessoas nos postos de trabalho.

A metodologia que a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia adota para a realização do certame, permitirá atingir economias de escala, oferecendo ao fornecedor dos serviços um contrato cujo prazo possibilitará a diminuição dos custos.

Dispositivos Legais: os contratos de natureza contínua vislumbram a possibilidade de prorrogação até 120 meses, de acordo com a discricionariedade da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia e das condições legais.

A essencialidade atrela-se à necessidade de existência e manutenção do contrato, pelo fato de que eventual paralisação da atividade contratada implicará prejuízo ou risco ao exercício das atividades e dos bens do Órgão Público CONTRATANTE.

A habitualidade é configurada pela necessidade de a atividade ser prestada mediante contratação de terceiros de modo permanente. Caracteriza um serviço, como sendo de natureza contínua, a



imperiosidade da sua prestação ininterrupta, em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ou risco ao interesse público.

6. PREÇOS POR POSTO DE TRABALHO

No preço por posto de trabalho apresentado para a execução dos serviços objetos desta licitação, já deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, representando a compensação integral para todos os custos, como, mão de obra, encargos sociais, despesas com acessórios, EPIs, taxas, lucro, impostos e eventuais necessários à completa execução dos serviços, inclusive equipamentos, quando for o caso.

Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse título, devendo os serviços respectivos serem fornecidos à Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia sem ônus adicionais.

7. DA ALTERAÇÃO, DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DOS CONTRATOS

Os preços acordados poderão ser alterados, por reajuste ou repactuação, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses, a partir da demonstração analítica, pela contratada, dos componentes dos custos que integram o contrato.

O prazo mencionado no item anterior será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir ou, ainda, da data da última repactuação.

Os prazos para repactuação, serão estabelecidos levando em consideração os orçamentos a que a proposta se referir, neste caso, a Convenção Coletiva do Trabalho – CCT.

Considera-se data do orçamento a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta;

A majoração salarial decorrente de acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente enseja pedido de repactuação dos valores acordados, não de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Os efeitos financeiros decorrentes da repactuação motivada por majoração salarial devem incidir a partir da data da respectiva alteração, conforme especificado no acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que fixou o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato objeto do pedido de repactuação.

Os prazos para reajustes, serão estabelecidos depois de decorridos 12 (doze) meses da data da última repactuação ou do último reajuste anterior.

Tanto a repactuação, quanto os reajustes deverão ser pleiteados até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de ocorrer preclusão lógica do exercício do direito. Contudo, eventuais efeitos financeiros pretéritos, decorrentes de repactuação serão calculados, reconhecidos e pagos pelo setor competente, por meio de instrumento e procedimento autônomo.



Para os demais custos que impactarem no preço do contrato (insumos, uniformes, equipamentos, EPIs, quando aplicáveis) somente caberá reajuste, e tomarão por base a variação do INPC, contados após decorridos 12 (doze) meses da apresentação da proposta.

A cada repactuação deverá constar a cláusula de quitação de todas as obrigações relativas a pagamento nos respectivos aditivos de revisão do contrato.

8. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

O presente Contrato terá vigência de 1 (um) ano, consecutivo e ininterrupto, computado a partir de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei no 14.133/2021.

O prazo de vigência poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei no 14.133/2021.

A prorrogação de que trata o subitem anterior é condicionada à avaliação, por parte do gestor e/ou do fiscal do contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no histórico de gestão do contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que é ato discricionário da Contratante.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

A Contratada poderá se opor à prorrogação do prazo de vigência, desde que o faça mediante documento escrito, comprovadamente recepcionado pela Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato, ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência, sob pena de obrigar-se a celebrar o termo de aditamento para prorrogação da vigência, se for do interesse da Contratante, e de ser responsabilizada civil e administrativamente.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

10. DO PREÇO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A Contratada obriga-se a executar os serviços objeto deste Termo de Referência e do Contrato pelos preços à vista, constantes das cláusulas e itens específicos e da sua proposta de preços, nos quais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos.

Os preços estarão referidos à data constante da proposta.

No preço estão incluídas, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,



previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

As despesas para atender ao Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Contratante para o exercício de 2026, bem como constarão das peças orçamentárias dos exercícios subsequentes.

Os recursos para o cumprimento das obrigações assumidas serão provenientes de acordo com a seguinte dotação orçamentária para o Exercício de 2026: Dotação orçamentária: **01.0101.01.031.0001.2001.33903978 – Limpeza e Conservação.**

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

A solução a ser Contratada deve permitir a padronização de Gestão, visto que a imposição de um determinado padrão parte da presunção obtenção de outros benefícios, tais como: a redução de custos de manutenção, redução de custos de treinamento e a compatibilização entre os diversos órgãos públicos, mediante economia de escala e uma melhor aderência das soluções aos processos administrativos internos.

Embasa-se a decisão, o art. 40, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

“Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: (...)

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho; (...)”

A divisão da contratação em lotes implica na perda de garantia de integridade referencial da prestação do serviço, a de fornecedores distintos comessem a se intercomunicar, alterando concomitantemente a execução do objeto, o que implica no risco de entrave técnico, tornando-a mais onerosa e menos confiável.

Neste sentido, a divisão entre duas empresas concorrentes dentro do mesmo espaço físico geraria perda de integridade referencial. Haveria inevitável conflito de atribuições quanto à responsabilidade por áreas comuns, diluindo a capacidade de cobrança da fiscalização.

E como empresa não poderia saber de antemão quem seria o vencedor do outro lote, ainda seria necessário que a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia aguardasse um entendimento técnico entre concorrentes, para ver os serviços plenamente executados, ou seja, isso colocaria em risco objetivos fundamentais da contratação.

Enfim, diversas razões de interesse público recomendam a licitação em lote único, de modo que, ao contrário do que o olhar técnico – porém abstrato e dissociado do contexto administrativo – indica, há significativas justificativas para a licitação de serviço de limpeza seja em lote único, ao exemplo do que vem ocorrendo na grande maioria dos municípios brasileiros, salientando-se que, a



contratação de apenas um fornecedor demandará apenas um contrato.

12. DOCUMENTAÇÃO EXTRA

- Atestado de Capacidade Técnica de serviço pertinente ou compatível ao objeto desta licitação.

13. PRAZO E FORMA DE ENTREGA

A licitante vencedora terá um prazo de 10 (dez) dias para início da prestação de serviço, objeto desta licitação, após assinatura do contrato. Em casos excepcionais de necessidade de dilatação de prazo de início de execução, poderá requisitar pedido ao CONTRATANTE devidamente justificado, a requisição do fornecedor será apreciada pela CONTRATANTE.

A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos serviços, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia do prejuízo causado.

A Contratada assumirá responsabilidade integral e exclusiva pelos serviços contratados, bem como, responderá por todas as atividades decorrentes da prestação de serviços, objeto do Contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro.

É de responsabilidade da Contratada a busca de informações complementares para a correta definição do defeito/falha e do serviço a ser realizado, não cabendo qualquer alegação de não atendimento aos prazos definidos, em face de imprecisão no chamado efetuado pela Contratante.

3. LOCAL DE ENTREGA

O serviço deverá ser prestado para a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, sendo fornecidos para a CONTRATANTE, mantendo a CONTRATADA durante todo o período de contratação a qualidade e plena execução do objeto, ainda mantendo todas as condições de habilitação previstas no edital.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento do objeto será efetuado de forma mensal em até 5 (cinco) dias úteis, devendo a licitante vencedora encaminhar a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, a respectiva nota fiscal e junto a NF deverá ser encaminhada as seguintes documentações:

Junto a NF deverá ser encaminhada as seguintes documentações:

- Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS);
- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;



- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante e a sede da CONTRATANTE;

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

- Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

Poderá a Câmara Municipal de Vereadores solicitar documentações complementares, para comprovação das obrigações trabalhistas, fiscais e demais obrigações pertinentes a prestação do serviço.

Somente será pago os serviços efetivamente efetuados, não obrigando a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia a contratar o total estimado.

5. GARANTIA

A Contratada deverá prestar garantia conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. AMOSTRA

Não há necessidade de apresentação de amostras para o objeto deste Termo de Referência.

7. SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação do objeto.

8. VISTORIA

Não é necessário a realização de vistoria prévia.

9. FORMA DE ADJUDICAÇÃO

- Menor Preço Global.

10. FISCALIZAÇÃO

O fiscal técnico/administrativo será o servidor Gilberto Luis Bogen, designado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.



11. RECURSO

Os recursos para o cumprimento das obrigações assumidas serão provenientes de acordo com a seguinte dotação orçamentária para o Exercício de 2026: Dotação orçamentária: **01.0101.01.031.0001.2001.33903978 – Limpeza e Conservação.**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026

ANEXO “B”

MEMORIAL DESCRITIVO PARA DISPENSA PRESENCIAL

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, a fim de atender às demandas da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia - SC, em suas dependências.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Conforme Item 5 do Anexo “A”.

2.2. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO:

2.2.1. Conforme Item 11 do Anexo “A”.

3. DA ENTREGA/ EXECUÇÃO DO SERVIÇO/DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

3.1. Conforme Item 2, 3 e 4 do Anexo “A”.

4. DA DOCUMENTAÇÃO

Conforme Item 6.19.1 do Edital – Da Habilitação.

5. DOS VALORES ESTIMADOS

5.1. O custo total estimado para a aquisição do Objeto (serviço) do presente Memorial Descritivo será de R\$ 108.300,00 (cento e oito mil e trezentos reais) para o período de doze meses: sendo R\$ 6.025,00 (seis mil e vinte e cinco reais) mensais para o Item 01 e R\$ 3.000,00 (três mil reais) para o Item 02. Justifica-se o uso da mediana da cesta de preços (Painel de Preços do Governo Federal e Orçamentos com fornecedores) dos valores utilizados, por serem condizentes com a realidade de mercado local/regional.



ITEM	SERVIÇO – DESCRIÇÃO RESUMIDA	Un. Medida	Valor Unitário máximo MENSAL	Valor total máximo ANUAL
01	Um posto de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, com carga horária de trabalho 44h semanais.	mensal	R\$ 6.025,00*	R\$ 72.300,00
02	Um posto de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, com carga horária de trabalho 22h semanais.	mensal	R\$ 3.000,00**	R\$ 36.000,00
Total Global Anual: R\$ 108.300,00				

OBS: Valores acima expressos, são baseados na mediana dos valores referenciais obtidos:

*Mediana da cesta de preço (Painel de preços+Orçamentos fornecedor);

**Mediana da cesta de preço (Orçamentos fornecedor).

Fontes de consulta referencial de valores de mercado:

PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL:

Descrição constante no Painel de Preços Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br Pesquisa obtida em 29/04/2026	Valor Mediana R\$ 9.088,78
--	--

PROPOSTAS/ORÇAMENTOS CONSULTADOS NO PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL:

Foram consultados o Painel de Preços do Governo Federal, itens compatíveis/semelhantes, porém a consulta não surtiu êxito na sua totalidade, sendo localizado apenas contratações similares para o item 01 (Um posto de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, com carga horária de trabalho 44h semanais) devido a grande variação de descritivos dos itens no portal. As demais buscas previstas em lei não foram possíveis de serem realizadas, devido a dificuldades em acesso aos demais meios de busca.

PROPOSTAS/ORÇAMENTOS DIRETOS COM FORNECEDOR:

EMPRESA 01:

LOTE 01:

ITEM	SERVIÇO – DESCRIÇÃO RESUMIDA	Un.	Valor	Valor total
------	------------------------------	-----	-------	-------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, nº 96, Centro - CEP: 89700-176 - Concórdia SC
CNPJ: 75.321.406/0001-75
Fone: (049) 3441-2500 - e-mail: cvc@cvc.sc.gov.br

		Medida	Unitário máximo MENSAL	máximo ANUAL
01	Um posto de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, com carga horária de trabalho 44h semanais.	mensal	R\$ 6.250,00	R\$ 75.000,00
02	Um posto de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, com carga horária de trabalho 22h semanais.	mensal	R\$ 3.150,00	37.800,00
Total Global Anual: R\$ 112.800,00				

EMPRESA 02:

LOTE 01:

ITEM	SERVIÇO – DESCRIÇÃO RESUMIDA	Un. Medida	Valor Unitário máximo MENSAL	Valor total máximo ANUAL
01	Um posto de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, com carga horária de trabalho 44h semanais.	mensal	R\$ 3.600,00	R\$ 43.200,00
02	Um posto de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, com carga horária de trabalho 22h semanais.	mensal	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
Total Global Anual: R\$ 73.200,00				

EMPRESA 03:

LOTE 01:

ITEM	SERVIÇO – DESCRIÇÃO RESUMIDA	Un. Medida	Valor Unitário máximo MENSAL	Valor total máximo ANUAL
01	Um posto de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, com carga horária de trabalho 44h semanais.	mensal	R\$ 5.800,00	R\$ 69.600,00
02	Um posto de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, com carga horária de trabalho 22h semanais.	mensal	R\$ 3.000,00	36.000,00



Total Global Anual: R\$ 105.600,00

5.2. Justifica-se o uso de orçamentos direto com fornecedor, conforme acima citados, com previsão legal na Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de serviço específico, em termos de quantidade e disponibilidade do serviço, além de representar o preço da realidade local/regional. A escolha dos fornecedores dos orçamentos foi baseada em pesquisa das empresas do ramo na região, bem como, são empresas que já possuem histórico de prestação de serviços a Administração Pública, e essas empresas foram as únicas que responderam a solicitação de orçamento.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento do objeto será efetuado de forma mensal em até 5 (cinco) dias úteis, devendo a licitante vencedora encaminhar a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, a respectiva nota fiscal e junto a NF deverá ser encaminhada as seguintes documentações:

- Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS);

- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;

- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante e a sede da CONTRATANTE;

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

- Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

Poderá a Câmara Municipal de Vereadores solicitar documentações complementares, para comprovação das obrigações trabalhistas, fiscais e demais obrigações pertinentes a prestação do serviço.

No preço ofertado já devem encontra-se computados todos os impostos, tarifas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto desta contratação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

7. DA GARANTIA

7.1. A Contratada deverá prestar garantia conforme disposto na Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, nº 96, Centro - CEP: 89700-176 - Concórdia SC
CNPJ: 75.321.406/0001-75
Fone: (049) 3441-2500 - e-mail: cvc@cvc.sc.gov.br

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É vedada a subcontratação do objeto.

9. DOS RECURSOS

9.1. Os recursos para o cumprimento das obrigações assumidas serão provenientes de acordo com a seguinte dotação orçamentária para o Exercício de 2026: Dotação orçamentária: **01.0101.01.031.0001.2001.33903978 – Limpeza e Conservação.**



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026

ANEXO “C”

MINUTA DE CONTRATO Nº __/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E REPOSIÇÃO DE INSUMOS FORNECIDOS PELA CONTRATANTE E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, A FIM DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC, EM SUAS DEPENDÊNCIAS, CONFORME DEMAIS CARACTERÍSTICAS DETALHADAS E DESCRITAS NOS ANEXOS “A” E “B” DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, OBSERVADO OS LIMITES LEGAIS PREVISTOS NA LEI Nº 14.133/2021 E POSTERIORES ALTERAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA, PELO PERÍODO SUPRACITADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.321.406/0001-75, com sede administrativa na Rua Leonel Mosele, nº 96, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Presidente, senhor CLOSMAR ZAGONEL, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.XXX.351 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 651.XXX.XXX.68, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa _____, com sede na rua _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo(a)sua(s) _____, senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade _____ e no CPF sob nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026, e que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, a fim de atender às demandas da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia - SC, em suas dependências.

Os serviços deverão ser prestados por dois profissionais alocados em regime contínuo, durante os dias úteis da semana, conforme escala e jornada a serem definidas pela Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia - SC, respeitando a carga horária contratada, observando os padrões de qualidade, eficiência e segurança compatíveis com a natureza do ambiente institucional e administrativo.

Contratação de empresa para realizar serviço de serviços de limpeza, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, conforme demais características detalhadas e descritas nos ANEXOS “A” e “B”, do Edital de Pregão Eletrônico nº 3/2026, compreendendo resumidamente os seguintes serviços:

O serviço objeto da presente licitação deverá ser efetuado diariamente, de segunda à sexta-feira, por dois postos de trabalho, sendo um com carga horária de 44 horas semanais e outro posto com carga horária



de 22 horas, nos horários a serem acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

Excepcionalmente poderão haver convocações extraordinárias para trabalho no sábado, domingo, feriado e/ou dias especiais, sob demanda, mediante dispensa/folga equivalente acordada entre o contratante e a contratada e seu funcionário, mantendo as 44h/22hrs semanais.

Em caso de situação eventual futura, havendo alguma alteração do horário de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, poderá a Contratante acordar novo horário para prestação de serviço, encaminhando a Contratada a solicitação para anuência, não gerando custos adicionais para a Contratante.

Os turnos matutino e vespertino podem não seguir o horário comercial habitual, com início antes das 8hrs e fim antes das 12hs ou 18hs, por exemplo. Será respeitada a carga horária total do posto de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

O valor relativo ao contrato será de R\$ XXXXXX mensal para o posto de 44 horas semanais e R\$ XXXXXX mensal para o posto de 22 horas semanais e total geral dos dois postos de R\$ XXXXXX referente a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

O presente contrato tem vigência de ____ de _____ de 2026 até ____ de ____ de 2027. Podendo ser prorrogado sucessivamente, pelo prazo legal previsto nos artigos nº 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

Na ocorrência de prorrogação do prazo de vigência deste Contrato e após 12 (doze) meses do início deste contrato, será concedido reajuste anual dos valores propostos com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e publicado pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações da CONTRATADA:

Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.



Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução dos serviços.

Aceitar a fiscalização dos serviços por parte da CONTRATANTE.

Manter durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cumprir as obrigações previstas no Edital Pregão Eletrônico nº 3/2026, no Termo de Referência e demais anexos.

Manter representação para receber reclamações, atuar junto aos seus empregados para sanar anormalidades em relação aos serviços, bem como, para os demais contatos que a CONTRATANTE necessite fazer, sejam eles de natureza formal ou informal, além de possibilitar aos seus empregados a facilidade dos contatos para assuntos de rotina trabalhista e de qualquer natureza.

Cumprir as determinações da CONTRATANTE relativas ao objeto deste contrato.

Recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade os elementos necessários à perfeita execução dos serviços contratados, responsabilizando-se pelos encargos sociais, previdenciários, tributários, seguro de acidentes, uniformes e equipamentos e quaisquer outras obrigações ou despesas decorrentes da sua condição de empregadora, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Designar preposto da empresa que possa coordenar os serviços, objeto da contratação, cumprindo com rigor os horários estabelecidos e solucionar todas as questões inerentes ao contrato.

Informar à CONTRATANTE o nome do empregado indicado para o serviço, o qual deverá ser, necessariamente, maior de idade e com bons antecedentes, reservando-se à CONTRATANTE o direito de impugnar aqueles que não preencham as condições exigidas neste contrato.

Cumprir as exigências da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, horários, turnos e locais.

Providenciar a cobertura de posto descoberto, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos a partir da notificação da CONTRATANTE, sem prejuízo do desconto pecuniário do período em que o posto ficar descoberto, além do ressarcimento de eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE.

Fornecer uniformes, em perfeitas condições de uso, bem como treinamento e condicionamento físico ao seu pessoal, obedecendo às especificações básicas.

Adaptar-se às necessidades e características da CONTRATANTE, local em que os serviços estiverem sendo realizados, acatando as determinações do responsável pela coordenação e fiscalização dos serviços, de acordo com as peculiaridades de cada local.

Cumprir os dispositivos legais e regulamentares, referentes à prevenção de acidentes.



Indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios ou equipamentos, por seus empregados, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar o valor correspondente de qualquer pagamento de direito da CONTRATADA.

A Contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela Contratante, com atendimento sempre cortês aos profissionais e às pessoas em geral que se façam presentes;

Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos (humanos e materiais) com vistas ao aprimoramento e à manutenção da qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante.

A Contratada deverá indicar supervisor(es) para realizar semanalmente, em conjunto com a Contratante, o acompanhamento técnico das atividades, visando à qualidade da prestação dos serviços, e que deverá(ão):

Obrigatoriamente inspecionar o posto no mínimo quinzenalmente;

Comunicar ao gestor/fiscal do Contrato todo acontecimento entendido como irregular e/ou que possa vir a representar risco ao patrimônio da Contratante ou à segurança dos usuários;

Comunicar imediatamente ao responsável pelo posto qualquer anormalidade verificada, inclusive, de ordem funcional, para que sejam adotadas as imediatas providências de regularização necessárias.

Executar os serviços de limpeza nas dependências da CONTRATANTE, devidamente uniformizados e identificados, bem como utilizar os EPIS, quando necessário, executando os serviços mínimos conforme descrição a seguir:

Todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela contratante, exceto os EPIS e uniformes que deverão ser fornecidos aos funcionários pela Contratada. Os serviços serão executados pela Contratada na seguinte frequência:

A - ÁREAS INTERNAS - PISOS FRIOS

Características: Consideram-se como áreas internas - pisos frios - aquelas constituídas/revestidas de paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma, madeira, inclusive os sanitários.

Assim compreendidas as instalações do prédio em que funcionam os serviços administrativos-técnicos, copa, cozinha, depósito de armazenamento, plenário, gabinetes, sala de som e afins.

DIÁRIA

Limpar pisos de salas e corredores com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;

Lavar bacias, assentos, pias e pisos dos banheiros com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;

Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha nos respectivos sanitários;

Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pela Contratada;

Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e retirando-os para local indicado pelo Fiscal de Contrato ou Servidor responsável;



Remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;

Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;

Limpar/remover o pó de capachos e tapetes;

Os fornecimentos de água sanitária, detergente, ou outros produtos adequados para a correta higienização serão realizados pela CONTRATANTE;

Reabastecer *dispensers* de álcool em gel, para uso de servidores e munícipes que estejam no prédio público;

Executar demais (outros) serviços considerados necessários à frequência diária.

SEMANAL

Limpar os azulejos, os pisos e espelhos dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização;

Remover o pó das mesas, telefones, armários, arquivos, prateleiras, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos móveis existentes, dos aparelhos elétricos, dos extintores de incêndio etc., em pelo menos duas vezes na semana em cada sala. A limpeza das mesas, cadeiras, telefones, e outros deverá ser feita com álcool 70 ou produto similar, sempre que o seu uso não comprometa a durabilidade do que será higienizado;

Limpar aparelhos de ar-condicionado, micro-ondas, fogões, geladeiras e outros aparelhos eletrônicos existentes no ambiente;

Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado;

Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado;

Limpar / polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc., com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos;

Limpar telefones com produto adequado;

Encerar/ lustrar os pisos de madeira, paviflex, plurigoma e similares;

Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Executar limpeza do plenário, carpetes, cadeiras e aspirar o pó.

MENSAL

Limpar / remover manchas de tetos, paredes e rodapés;
Remover o pó de cortinas e persianas, com equipamentos e acessórios adequados;
Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

TRIMESTRAL

Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, lâmpadas, aletas e difusores;



Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados;
Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

ANUALMENTE

Executar a limpeza ou lavagem das cadeiras e poltronas.

HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços poderão ser executados em horário anterior, posterior ou de expediente, respeitada a jornada de 44 horas semanais para um posto e 22 horas semanais para outro.

OBS: Os trapos e estopas contaminados nas atividades de polimento (ou que utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

Os postos de trabalho(funcionários) deverão seguir as normas de separação, classificação e descarte do lixo.

ÁREAS EXTERNAS - VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS

Características: áreas destinadas a passeios (calçadas) e demais áreas (inclusive não pavimentadas, pequenas áreas verdes) circunscritas nas dependências do Contratante.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela contratante, exceto EPIS e uniforme que deverão ser fornecidos pela Contratada. Os serviços serão executados pela Contratada na seguinte frequência:

DIÁRIA

Manter os cestos isentos de detritos (lixo), acondicionando-os em local indicado pelo Fiscal do Contrato ou Servidor responsável;

Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos acondicionando-os apropriadamente e retirando-os para local indicado pela Comissão de Fiscalização;

Retirar papéis, detritos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e retirando-os para local indicado pelo Fiscal do Contrato ou Servidor responsável, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do Contratante, observada a legislação ambiental vigente e de medicina e segurança do trabalho;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

SEMANAL

Executar serviços considerados necessários à frequência semanal.

MENSAL

Executar serviços considerados necessários à frequência mensal.

ANUAL

Executar serviços considerados necessários à frequência anual.

A limpeza do arruamento será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos, ou por meio da utilização de baldes, panos molhados ou escovão e quando necessário poderá ser utilizado outro meio, como mangueira ou jato de pressão.



OS POSTOS DE TRABALHO

Permanecer no posto permanentemente, não se ausentando em hipótese alguma, salvo em casos excepcionais, e mediante comunicação à empresa CONTRATADA com prévia substituição por outro posto.

Poderão haver convocações extraordinárias para sábados, domingos, feriados e/ou dias especiais, sob demanda, mediante dispensa/folga equivalente acordada entre o contratante e a contratada e seu funcionário, mantendo as 44h/22hrs semanais.

Os turnos matutino e vespertino podem não seguir o horário comercial habitual, com início antes das 8hrs e fim antes das 12hrs ou 18hrs, por exemplo. Será respeitada a carga horária total do posto de trabalho.

A jornada e trabalho deverão ser iniciados preferencialmente no mínimo uma hora anterior ao horário de abertura para atendimento ao público.

CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES

Manter representação para receber reclamações, atuar junto aos seus empregados para sanar anormalidades em relação aos serviços, bem como, para os demais contatos que a CONTRATANTE necessite fazer, sejam eles de natureza formal ou informal, além de possibilitar aos seus empregados a facilidade dos contatos para assuntos de rotina trabalhista e de qualquer natureza.

Cumprir as determinações da CONTRATANTE relativas ao objeto deste contrato.

Recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade os elementos necessários à perfeita execução dos serviços contratados, responsabilizando-se pelos encargos sociais, previdenciários, tributários, seguro de acidentes, uniformes, EPIs e equipamentos e/ou quaisquer outras obrigações e/ou despesas decorrentes da sua condição de empregadora, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Designar preposto da empresa que possa coordenar os serviços, objeto da contratação, cumprindo com rigor os horários estabelecidos e solucionar todas as questões inerentes ao contrato.

Informar à CONTRATANTE o nome dos empregados indicados para o serviço, o qual deverá ser, necessariamente, maior de idade e com bons antecedentes, reservando-se à CONTRATANTE o direito de impugnar aqueles que não preenchem as condições exigidas neste contrato.

Cumprir as exigências da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, horários, turnos e locais.

Providenciar a cobertura de posto descoberto, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos a partir da notificação da CONTRATANTE, sem prejuízo do desconto pecuniário do período em que o posto ficar descoberto, além do ressarcimento de eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE.

Fornecer uniformes, em perfeitas condições de uso, bem como treinamento e EPIs, obedecendo às especificações básicas.

Adaptar-se às necessidades e características da CONTRATANTE, local em que os serviços estiverem sendo realizados, acatando as determinações do responsável pela coordenação e fiscalização dos serviços, de acordo com as peculiaridades de cada local.

Cumprir os dispositivos legais e regulamentares, referentes à prevenção de acidentes.



Indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios ou equipamentos, por seus empregados, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar o valor correspondente de qualquer pagamento de direito da CONTRATADA.

A Contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela Contratante, com atendimento sempre cortês aos profissionais e às pessoas em geral que se façam presentes;

Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos (humanos e materiais) com vistas ao aprimoramento e à manutenção da qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante.

A Contratada deverá indicar supervisor(es) para realizar quinzenalmente, em conjunto com a Contratante, o acompanhamento técnico das atividades, visando à qualidade da prestação dos serviços, e que deverá(ão):

Obrigatoriamente inspecionar o posto no mínimo quinzenalmente;

Comunicar ao gestor/fiscal do Contrato todo acontecimento entendido como irregular e/ou que possa vir a representar risco ao patrimônio da Contratante ou à segurança dos usuários;

Comunicar imediatamente ao responsável pelo posto qualquer anormalidade verificada, inclusive, de ordem funcional, para que sejam adotadas as imediatas providências de regularização necessárias.

A Contratada deverá prezar por manter sempre o mesmo funcionário, devendo eventual alteração ou substituição ser informada de forma imediata ao fiscal do contrato com as devidas justificativas (salvo quando a substituição decorrer de pedido da própria Contratante), bem como, também de forma imediata, encaminhar a documentação prevista no item anterior e seus subitens.

A execução dos serviços exigirá a observância de critérios de sustentabilidade ambiental, alinhados ao Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, tais como:

Uso de produtos de limpeza biodegradáveis.

Racionalização e otimização do uso de água e energia elétrica durante os procedimentos de higienização.

Separação e destinação adequada dos resíduos sólidos gerados nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, encaminhar documentação complementar que comprove o devido pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e demais obrigações pertinentes ao objeto do contrato.

No primeiro mês da prestação dos serviços ou quando da mudança de funcionário ocupante do posto, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

Relação do empregado, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;

Exames médicos admissionais do empregado da Contratada que prestará os serviços.



São obrigações da CONTRATANTE:

Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no Edital.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido/serviço, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor designado.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através de fiscal indicado pela Câmara, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo prescrito pela CONTRATANTE, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança dos serviços e materiais objeto da presente contratação, durante o período do contrato, contados a partir da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

O pagamento do objeto será mensal, efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, devendo a CONTRATADA encaminhar a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, a respectiva nota fiscal e junto a NF deverá ser encaminhada as seguintes documentações:

No ato da entrega da nota fiscal ou fatura, a empresa deverá apresentar ainda os seguintes documentos:

b) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS);

c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede da licitante;

d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede da licitante;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando



situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei.

f) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT).

No preço contratado já devem se encontrar computados todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo fluirá a partir da sua reapresentação.

Somente será pago os serviços/materiais efetivamente efetuados, não obrigando a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia a contratar o total estimado.

CLÁUSULA NONA – DO INADIMPLEMENTO

No caso de inadimplemento pela CONTRATANTE, ensejará multa de 2% sobre o valor do pagamento da prestação do serviço.

No caso de inadimplemento das obrigações, pela CONTRATADA, ensejará a rescisão contratual, nos termos da cláusula décima e sujeitar-se-á às penalidades previstas na cláusula décima primeira deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão contratual poderá acontecer:

- a) pela inexecução total ou parcial do Contrato, nas hipóteses previstas nos artigos da Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações, com as consequências previstas da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
- b) determinada por ato unilateral da Administração, no caso enunciado no inciso I a III do artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Câmara.
- d) Nas demais situações elencadas no artigo 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a empresa contratada ficará sujeita à seguinte penalidade, assegurada a prévia defesa:

- a) pela inexecução do Contrato, multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida;
- b) as multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar a Câmara.
- c) A Câmara poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, nº 96, Centro - CEP: 89700-176 - Concórdia SC
CNPJ: 75.321.406/0001-75
Fone: (049) 3441-2500 - e-mail: cvc@cvc.sc.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para o cumprimento das obrigações assumidas serão provenientes de acordo com a seguinte dotação orçamentária para o Exercício de 2026: Dotação orçamentária: **01.0101.01.031.0001.2001.33903978 – Limpeza e Conservação.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FISCAL DESIGNADO

A fiscalização na execução dos serviços do presente Contrato será efetuada pelo servidor Gilberto Luis Bogeo, indicado pelo Presidente do Legislativo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida, do presente contrato, na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Concórdia, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

O presente contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram conhecimento.

Concórdia, SC, XX de junho de 2026.

CLOSMAR ZAGONEL - CONTRATANTE

Presidente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

NOME:

NOME:

CPF:

CPF:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026

ANEXO “D”

JUSTIFICATIVA DE NÃO APLICAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de limpeza, conservação, higienização e reposição de insumos fornecidos pela contratante e mão de obra necessária, a fim de atender às demandas da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia - SC, em suas dependências.

Os serviços deverão ser prestados por dois profissionais alocados em regime contínuo, durante os dias úteis da semana, conforme escala e jornada a serem definidas pela Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia - SC, observando os padrões de qualidade, eficiência e segurança compatíveis com a natureza do ambiente institucional e administrativo.

Contratação de empresa para realizar serviço de serviços de limpeza, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, conforme demais características detalhadas e descritas nos ANEXOS “A” e “B”, compreendendo resumidamente os seguintes serviços:

O serviço objeto da presente licitação deverá ser efetuado diariamente, de segunda à sexta-feira, por dois postos de trabalho, sendo um com carga horária de 44 horas semanais e outro posto com carga horária de 22 horas, nos horários a serem acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

Excepcionalmente poderão haver convocações extraordinárias para trabalho no sábado, domingo, feriado e/ou dias especiais, sob demanda, mediante dispensa/folga equivalente acordada entre o contratante e a contratada e seu funcionário, mantendo as 44h/22hrs semanais.

Em caso de situação eventual futura, havendo alguma alteração do horário de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, poderá a Contratante acordar novo horário para prestação de serviço, encaminhando a Contratada a solicitação para anuência, não gerando custos adicionais para a Contratante.

Os turnos matutino e vespertino podem não seguir o horário comercial habitual, com início antes das 8hrs e fim antes das 12hs ou 18hs, por exemplo. Será respeitada a carga horária total do posto de trabalho.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A realização de licitações exclusivas para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte está prevista na Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014. Ambos dispositivos legais determinam que os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Fica dispensada a aplicação do tratamento diferenciando:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:



II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

2. EMPRESAS APTAS A PARTICIPAR:

Considerando que esta Câmara Municipal, conseguiu orçamentos de empresas, nos quais os valores apresentados configuram valor superior aos R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), previstos na legislação supracitada. Portanto em conformidade com o artigo 49, da Lei Complementar n. 123/2016, justifica-se a abertura desta Licitação como Ampla Concorrência.

Com a impossibilidade de comprovação de que existam na região três fornecedores aptos com valor inferior ou igual aos R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a fornecer o objeto licitado, enquadrados como ME e EPP, tem-se o risco de que, sendo a licitação lançada como exclusiva, o certame dê deserto e/ou fracassado, causando assim prejuízos para a Administração Pública.

Independentemente de o certame ser lançado sem a exclusividade, a presente licitação dará tratamento diferenciado às ME's e EPP's conforme determina o artigo 44, da lei Complementar n. 123/2006:

“Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte”

E ainda, parágrafo 1º, do artigo 43:

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Desta forma, o certame manterá o equilíbrio na disputa entre as ME's e EPP's e as demais empresas, seguindo o que preconiza a Lei n. 123/2016.

3. DA DECISÃO

Ante o exposto, considerando que resta comprovada a conformidade com a Lei Complementar n. 123/2016, justifica-se a abertura desta Licitação como Ampla Concorrência.

CLOSMAR ZAGONEL
Presidente